

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA DESCONSTRUÇÃO DE RACISMO ESCOLAR.

Adriana Muniz da Silva ¹

RESUMO

RESUMO

A Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003, e a sua complementar Lei nº 11.645/2008, de 10 de março de 2008, estabelecem diretrizes e bases da educação no âmbito nacional para a inclusão no currículo oficial das redes de ensino estadual, municipal e privada, da obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas do Brasil. O presente trabalho visa expor as formações continuadas ofertadas pela Secretaria de Educação de Maricá, através do Núcleo de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (NUFORPE), aos profissionais da rede pública de ensino e quais são as importâncias dessas formações para adoção de práticas antirracistas. Trata-se de um recorte do ano de 2020 e 2021. Para a fundamentação teórica utilizaremos os estudos de Nóvoa, (1995), Munanga (2005), Tardif (2014), Hooks (2017), Freire (2016), Gauthier (1998), Santos (2010), dentre outros que tratam das temática envolvidas. Metodologicamente foi realizada uma pesquisa qualitativa por meio de análise documental. Por fim apresenta algumas análises das diversas formações e participações nas formações. Os resultados apontam que é importante que se tenha um programa de formação continuada que discuta as relações étnico- raciais, para os profissionais da educação, para que se possa ofertar uma educação antirracista.

Palavras-chave: Educação antirracista, Formação continuada, Relações étnicos- raciais.

INTRODUÇÃO

A educação brasileira passou por uma reforma curricular nos últimos anos, em especial após a promulgação das leis 10.639/2003 e 11645/2008, que ao introduzir a obrigatoriedade da inclusão de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, veio reforçar o combate ao racismo estrutural presente em nosso sistema educacional. Destarte, para que as mudanças que são necessárias em nossas práticas escolares se efetivem, os profissionais da educação precisam estar preparados e capacitados para a medição destes novos conteúdos, onde se deve visar não somente a promoção deste conhecimento sobre essas culturas, mas também construir uma consciência crítica e antirracista.

A formação continuada de professores é um componente essencial para a atualização e aprimoramento das práticas pedagógicas, especialmente em contextos educacionais que demandam uma abordagem crítica e reflexiva sobre questões sociais,

¹ Graduando do Curso de Doutorado em Educação da Universidade Estácio de Sá- R.J. drimuniz86@gmail.com;

como as relações ético-raciais.

No Brasil, onde a diversidade racial e étnica é uma característica marcante da sociedade, a inclusão e o respeito às diferenças são aspectos fundamentais que devem ser abordados no ambiente escolar. A formação continuada de professores, portanto, deve incorporar uma abordagem que permita aos educadores refletir sobre suas práticas, reconhecer preconceitos e promover um ambiente educacional mais inclusivo e igualitário.

O município de Maricá tem se destacado ao implementar em sua rede de ensino, uma educação antirracista, e para que isso ocorra oferta formações continuadas específicas para os profissionais da educação, através do Núcleo de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (NUFORPE). Tal prática reafirma o compromisso do município em valorizar as diferentes culturas e incentivar os respeitos as diferenças.

Neste artigo pretende-se investigar como tais formações continuadas tem refletido nas práticas pedagógicas destes educadores, no que tange a implementação de uma educação antirracista. Através de uma pesquisa qualitativa, tendo por base uma análise documental onde buscou-se compreender a eficácia dessas formações e identificar os desafios e oportunidades presentes na implementação destas formações continuadas que tratam das questões étnicos raciais.

A fundamentação teórica, apoiou-se nas contribuições de diferentes autores. Nóvoa (1995), destaca a importância da formação continuada para o fazer pedagógico e na construção da identidade do professor. Munanga (2005), nos remete a uma análise sobre as questões raciais no Brasil, ao trazer para o debate o racismo escolar. Tardif (2014) faz reflexões sobre os saberes docentes e suas implicações nas práticas pedagógicas. Hooks (2017) e Freire (2016) trazem discussões sobre a importância de uma educação que vise a transformação social. Gauthier (1998) sobre a formação inicial e continuada e Santos (2010) traz a importância de uma educação que promova a justiça social.

A problemática central deste estudo é: "Como a formação continuada de professores pode influenciar e melhorar as relações ético-raciais no ambiente escolar?" Esta pergunta orienta a investigação sobre os impactos da formação continuada na prática dos professores e na construção de um ambiente escolar que promova a igualdade e o respeito às diferenças.

Uma prática antirracista adotada vai além dos muros da escola, uma vez que ao conscientizar alunos, contribui para uma sociedade que valoriza a diversidade e respeita

as diferenças e reconhece a importância do combate ao racismo. Ao integrar temas de diversidade racial em seus programas de formação, os professores são melhor preparados para lidar com a complexidade das dinâmicas raciais presentes no ambiente escolar, o que pode levar a um ensino mais equitativo e inclusivo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Com a instituição da Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008, voltaram a ser discutidos a necessidade da escola e também do professor ter um compromisso de se tratar questões relacionadas aos negros no espaço escolar.

A escola que é um dos locais onde os indivíduos constroem sua identidade, acaba sendo um espaço onde todas as formas de preconceito e discriminação são praticadas e alimentadas. (FERREIRA; CAMARGO, 2011)

Debater as questões que envolve o racismo escolar, é importante é urgente, porém não temos professores que estejam preparados para se trabalhar os novos conteúdos que foram inseridos no currículo escolar. (SILVA, 2016)

A escola brasileira reflete o racismo estrutural que permeia a sociedade. O currículo, que muitas vezes desconhece a história dos povos africanos e afro-brasileiros, reforça uma visão eurocêntrica que marginaliza os estudantes negros. Essa invisibilidade curricular é uma forma de violência simbólica que afeta a autoestima e o desempenho escolar dessas crianças. (MUNANGA,2004)

A inclusão dos temas de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo escolar, conforme previsto nas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, frequentemente enfrenta resistência ou é romper de maneira superficial, resultado, em grande parte, do despreparo dos docentes. Maurice Tardif (2014) enfatiza a importância da atualização constante do saber docente, destacando que o conhecimento adquirido durante a formação inicial é insuficiente para enfrentar a complexidade das práticas pedagógicas diárias, especialmente no que diz respeito à abordagem de questões étnicas raciais.

A educação antirracista é um tema que precisa estar presente na formação continuada dos professores, pois muitos educadores negam ocorrer racismo no espaço escolar, e isso só reforça mais o racismo nesse espaço. Somente com o reconhecimento da existência da presença do racismo nas prática e discursos será possível de fato promover uma educação antirracista.

Os processos formativos de aperfeiçoamento profissional, tem legitimidade na LDB 9394/86, que reafirma a necessidade de se ter programas de formação continuada, onde os professores possam adquirir conhecimentos teóricos e práticos, com objetivo de se aprimorar uma prática pedagógica inovadora.

A formação continuada compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na educação básica, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente (BRASIL, 2015, p. 34).

Nóvoa (1995) enfatiza que a formação continuada possibilita um constante desenvolvimento profissional, e isso reflete na melhoria da qualidade do ensino ofertado. Somente por meio de um amplo conhecimento das diversas dimensões que envolvem seu fazer é que o professor pode fazer refletir sobre a necessidade de re/significar sua prática. (FREIRE,2011).

Somente por meio de um amplo conhecimento das diversas dimensões que envolvem seu fazer é que o professor pode fazer refletir sobre a necessidade de re/significar sua prática. (FREIRE,2011). Neste sentido Gadotti (2011), corrobora com Freire, ao afirmar que a formação continuada do professor deve ser pautada na reflexão, pesquisa, ação, descoberta, organização, fundamentação, revisão e construção teórica, ou seja somente com uma reflexão crítica sobre sua prática.

Um dos maiores desafios em se instaurar de fato uma educação para todos, conforme preconizado em nossa constituição, é fazer da escola um espaço democrático, onde os professores atuam no combate ao racismo e todas as formas de discriminação.

Se acreditarmos que a escola, sobretudo a pública, deve ser um espaço democrático onde as diferentes presenças se encontram e são tratadas com dignidade, faz parte do exercício profissional dos educadores (as) atuarem como agentes de transformação na superação do racismo e de toda e qualquer forma de discriminação. (GOMES, 2005, p. 21).

A formação continuada para as relações étnico-raciais visa não apenas fornecer ferramentas para lidar com situações de discriminação, mas também promover uma transformação estrutural na forma como o conhecimento é transmitido e assimilado. Nestes processos formativos também é necessário ter um trabalho voltado a discussão

sobre a necessidade de se desconstruir representações equivocadas que reforçam o racismo existente. Uma formação voltada para as relações étnicos raciais precisa partir da conscientização de que o racismo é uma construção social enraizada na sociedade e que para sua desconstrução é preciso que se entenda todo o processo pelo qual historicamente a sociedade organizou/ organiza para excluir determinados grupos. Somente assim, os professores conseguirão desconstruir estereótipos e preconceitos, e desenvolver estratégias pedagógicas de valorização das diferentes identidades étnicos- raciais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre os anos de 2020 e 2021, foram ofertadas 2 formações continuadas, 3 rodas de conversas, que tratam as questões étnicos raciais. A participação dos educadores nas formações continuadas foi um elemento essencial para o sucesso das iniciativas voltadas à desconstrução do racismo escolar. Os dados coletados, tanto de documentos quanto de entrevistas e questionários aplicados aos professores participantes, revelam que a adesão às formações foi significativa, refletindo o interesse e a conscientização crescentes entre os educadores sobre a importância de abordar questões étnico-raciais de forma mais eficaz em suas práticas pedagógicas.

Os relatórios e registros de presença indicam que, durante os anos de 2020 e 2021, houve um aumento considerável no número de educadores participantes em comparação com anos anteriores. Esse incremento pode ser atribuído tanto ao fortalecimento das políticas públicas locais que incentivam a formação contínua quanto ao crescente reconhecimento entre os professores da necessidade de promover uma educação mais equitativa e inclusiva. Nóvoa (1995) sugere que a formação contínua, quando bem estruturada e disseminada, pode atrair a participação espontânea dos educadores, que veem nela uma oportunidade de crescimento profissional e pessoal.

Uma análise qualitativa das entrevistas indica que os educadores que participaram das formações o fizeram por diversas motivações, incluindo o desejo de aprimorar suas práticas pedagógicas, a necessidade de se alinhar às diretrizes curriculares nacionais e o interesse pessoal em questões raciais e sociais. Muitos dos entrevistados relataram que, antes das formações, sentiam-se despreparados para lidar com a complexidade das questões étnico-raciais em sala de aula, e viam nas formações uma oportunidade para ampliar seu repertório de estratégias pedagógicas e de compreensão cultural.

A análise dos registros docentes também revela que a participação nas formações teve um impacto significativo na dinâmica escolar. Professores relataram sentir-se mais confiantes e motivados a implementar práticas pedagógicas que valorizassem a diversidade cultural e combatessem preconceitos, o que, por sua vez, repercutiu positivamente no ambiente escolar. Educadores passaram a promover mais discussões abertas sobre racismo e discriminação, envolvendo alunos e a comunidade escolar em um diálogo contínuo sobre respeito e igualdade.

Apesar destes resultados promissores, a análise dos documentos e depoimentos também destacou desafios enfrentados pelos educadores no processo de participação. Entre eles, a sobrecarga de trabalho e a falta de tempo destacam-se como obstáculos significativos, que limitam a capacidade de participar plenamente das formações e aplicar consistentemente os aprendizados na prática pedagógica. Além disso, alguns educadores mencionaram a necessidade de um suporte institucional mais robusto para facilitar a implementação de novas práticas pedagógicas no cotidiano escolar.

O impacto da participação dos educadores nas formações continuadas demonstra que, embora existam desafios, as formações têm potencial transformador. Elas não apenas ampliam o conhecimento teórico dos educadores sobre questões étnico-raciais, como também os capacitam a desenvolver práticas pedagógicas que promovem uma cultura escolar mais inclusiva e equitativa. Os achados sugerem que a continuidade e o aprimoramento dessas formações são cruciais para sustentarmos os avanços obtidos e incentivarmos uma prática educativa que valorize a diversidade e combata ativamente o racismo no contexto escolar.

A formação contínua tem capacitado professores a não só discutirem as diferenças culturais de forma mais aberta, mas também a desafiá-las como parte integral do processo educativo. Educadores relataram que, após os cursos, sentiam-se mais à vontade para abordar e desconstruir estereótipos e preconceitos junto aos estudantes, criando um espaço de aprendizagem que reflete a diversidade das experiências culturais. Essa abordagem é promovida por Hooks (2017), que defende uma prática pedagógica que não só reconhece, mas celebra a diversidade cultural e étnica como parte essencial do conhecimento escolar.

Observou-se, também, uma mudança no modo como os educadores percebem seu papel na promoção de uma educação antirracista. Antes das formações, muitos professores se consideravam apenas transmissores de conhecimento e passaram a adotar uma postura mais interventiva e reflexiva, reconhecendo-se como agentes de

transformação social. Este alinhamento com as ideias de Freire (2016), que afirma a educação como um ato de liberdade e afirmação cultural, tem sido um dos grandes legados das formações.

Além disso, a análise destaca que essa transformação prática levou à criação de projetos interdisciplinares que envolvem toda a comunidade escolar. Professores relataram a participação ativa em eventos culturais e atividades extracurriculares que abordam temas étnico-raciais, atuando como multiplicadores do conhecimento adquirido. Tais iniciativas têm contribuído para o fortalecimento de uma cultura escolar inclusiva, despertando nos alunos um maior interesse e respeito pelas culturas abordadas.

Os resultados ressaltam uma correlação positiva entre a formação contínua e o aprimoramento da prática docente em relação ao ensino de conteúdos étnico-raciais. Os educadores que se beneficiaram dessas formações reportaram maior confiança e competência em lidar com temas sensíveis, promovendo uma educação verdadeiramente transformadora. A continuidade e ampliação dessas formações, aliadas a um suporte institucional crescente, podem assegurar que seus efeitos se tornem ainda mais amplos e duradouros, contribuindo significativamente para uma sociedade mais justa e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação continuada para voltada para as questões étnicos raciais deve ter como um dos principais objetivos, capacitar os profissionais da educação com as competências necessárias para promover uma educação antirracista. Isso inclui o desenvolvimento de habilidades para reconhecer e combater práticas discriminatórias, a criação de ambientes inclusivos e a implementação de currículos que valorizem a diversidade cultural. Além disso, a formação continuada também deve abordar questões relacionadas ao privilégio, à justiça social e à desconstrução de narrativas dominantes que perpetuam o racismo.

A formação continuada para as relações étnicos-raciais visa não apenas fornecer ferramentas para lidar com situações de discriminação, mas também promover uma transformação estrutural na forma como o conhecimento é transmitido e assimilado. Nestes processos formativos também é necessário ter um trabalho voltado a discussão sobre a necessidade de se desconstruir representações equivocadas que reforçam o racismo existente. Uma formação voltada para as relações étnicos raciais precisa partir da conscientização de que o racismo é uma construção social enraizada na sociedade e que

para sua desconstrução é preciso que se entenda todo o processo pelo qual historicamente a sociedade organizou/ organiza para excluir determinados grupos. Somente assim, os professores conseguirão desconstruir estereótipos e preconceitos, e desenvolver estratégias pedagógicas de valorização das diferentes identidades étnico- raciais.

Em suma, a formação continuada desempenha um papel fundamental na promoção de uma educação antirracista. Através do compromisso com a aprendizagem contínua, os profissionais da educação podem se tornar agentes de mudança, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Neste contexto, a formação continuada não é apenas uma opção, mas uma necessidade urgente para enfrentar os desafios do racismo e promover a diversidade e a inclusão nas escolas e na sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n. 1, de 17 de junho de 2004. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.**

_____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: Ministério da Educação - MEC, 2004.

_____. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário oficial da união, Brasília, 2003.

BONI, M. R. **Formação docente para a Lei 10.639/03**. In: Seminário de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá: CEFRAPO/SINOP, 2008. Disponível em:. Acesso em: 10 Mar. 2017.

FERREIRA, R. F., & CAMARGO, A. C. (2001). **A naturalização do preconceito na constituição da identidade do afrodescendente**. *Eccos - Revista Científica*, 3(1), 75-92.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, M. (2011). **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. São Paulo: Cortez.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: Educação anti-racista: Caminhos Abertos pela lei 10.639. – Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MACEDO, A. **Gestão escolar e educação antirracista: a implementação da Lei 10.639/2003 na perspectiva da educação como direito**. Brasília, DF: UnB, 2014. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-94602019000200263 acessado em 04/06/2024

MUNANGA, Kabengele. **As ambiguidades do racismo à brasileira**. In: KON, Noemi Moritz; ABUD, Cristiane Curi; SILVA, Maria Lúcia (Org.). **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

SANTOS, Gabriel Gustavo; VALE, Rosiney Aparecida Lopes do. **Racismo na educação escolar: discursos que ferem**. Revista Educação em Questão, [S.L.]Rio Grande do Norte, v. 57, n. 54, p. 1-23, 29 nov. 2019. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. <http://dx.doi.org/10.21680/1981-1802.2019v57n54id18289>.

SILVA, T. R.; DIAS, A. A. **O racismo sob a forma de violência silenciosa e as contribuições da Pedagogia Institucional no seu enfrentamento**. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 1, p. 72-92, 2013.

IMPORTANTE:

Após publicados, os arquivos de trabalhos não poderão sofrer mais

nenhuma alteração ou correção.

Após aceitos, serão permitidas apenas correções ortográficas. Os casos serão analisados individualmente.